

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Notas Explicativas



PLENA SAÚDE LTDA

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em reais – R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sede da Sociedade tem como objetivo social:

A PLENA SAÚDE LTDA., é uma Sociedade Limitada, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem como objeto social a Operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, de forma exclusiva, em observância ao artigo 34 da Lei nº. 9.656/98, classificada como medicina de grupo de atenção médico-hospitalar.

Está registrada como Operadora de Planos de Saúde na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 34.883-0 e classificada na ANS como Operadora de porte médio, por possuir mais de 20.000 e menos de 100.000 beneficiários.

As atividades da Operadora estão concentradas na sua matriz localizada na cidade de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Operadora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas e premissas pelo menos a cada encerramento de exercício.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Foram adotadas as seguintes principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras:

a) Reconhecimentos das contraprestações e eventos indenizáveis líquidos

O resultado das operações (receitas e custos) são apurados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, observando o seguinte:

- **Contraprestações pecuniárias (receitas):** são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma “pro-rata” dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante PPCNG-Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhas, conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

- **Eventos indenizáveis líquidos (custos):** são os serviços prestados pelos profissionais, por hospitais e clínicas conveniadas e são reconhecidas pelo regime de competência, quando do recebimento e análise das notificações da ocorrência dos eventos cobertos (data do aviso), juntamente com a constituição da PEONA - Provisão para Eventos/ Sinistros Ocorridos e Não Avisados.

b) Moeda Funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são avaliados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Operadora atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$).

c) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras não vinculadas a provisões técnicas

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas

Essas aplicações financeiras estão vinculadas a ativos garantidores e tem como objetivo o lastro do total das provisões técnicas, e do excedente da dependência operacional, mediante sua vinculação à ANS - Agência Nacional da Saúde Suplementar. As aplicações financeiras estão classificadas no ativo circulante por possuírem prazo mínimo de 180 dias para resgate, contados da data da aplicação e fora do grupo “Caixa e equivalentes de caixa”, por não possuírem previsão de resgate imediato, sem risco significativo de mudança de valor.

e) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos destes créditos, em contrapartida à conta de resultado de Contraprestações efetivas (receitas) de operações de assistência à saúde para os planos médico-hospitalares. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída com base nos valores vencidos há mais de 60 dias (pessoa física) e mais de 90 dias (pessoa jurídica), em função dos créditos em aberto por natureza de beneficiário. A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-lo à evolução de inadimplência de sua carteira.

Considerando o giro da carteira das suas contas a receber, não foi necessária a realização de ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019.

f) Ativos imobilizados

Registrados ao custo de aquisição, formação, adicionados dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante desenvolvimento de projetos. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, que se aproximam da vida útil econômica dos ativos. O item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Intangíveis gerados internamente, excluídos os valores capitalizados de gastos com desenvolvimento de produtos, são reconhecidos no resultado do exercício em que surgiram. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil-econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

h) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) / IAS 36, é efetuada a análise anual do valor de recuperação dos ativos, com a finalidade de: **(i)** verificar se há indicativo de perda por redução ao valor de recuperação de ativos; e **(ii)** medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de complementar ou reverter provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação de ativos.

Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não houve constituição de estimativa para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2019.

i) Eventos a liquidar com operações de assistência à saúde

Os eventos a liquidar com operação de assistência à saúde, são registrados no passivo com base no efetivo recebimento das faturas de prestadores de serviços. Também estão incluídos nesta

rubrica, outros custos de pessoal e de outras despesas, inclusive parcela destinada à cobertura de valores a pagar por eventos ocorridos até a data do balanço patrimonial.

j) Provisão de contraprestação não ganha – PPCNG

Contraprestação Não Ganha apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.

k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Operadora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, os encargos e variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes, quando sua realização ou liquidação são prováveis que ocorram nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Empréstimos e financiamentos

São atualizados até a data do balanço pelo indexador determinado em cada contrato. A variação monetária, os juros e os demais encargos são apropriados em despesas financeiras dentro do período de competência.

m) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

n) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Operadora são classificados sob as seguintes categorias: **(1)** Ativos financeiros ao valor justos por meio do resultado; **(2)** Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(3)** Empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

(1) Ativos financeiros-ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem numerário em caixa, Saldos positivos em conta movimento e as Aplicações financeiras com liquidez imediata.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem especificamente as Aplicações Financeiras Garantidoras a Provisões Técnicas, as quais são: (i) Classificadas desde a data aplicação e a data do resgate no vencimento e (ii) Mensuradas ao custo de aquisição amortizado, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

(3) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Passivos Financeiros

Representados por empréstimos e financiamentos bancários, apresentados pelo valor original, acrescido de juros, variações monetárias e cambiais incorridos até as datas das demonstrações financeiras. Esses passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

Em 31 de dezembro de 2019, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

o) Principais julgamentos e estimativas contábeis

A Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

p) Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.1, a Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) retrata garantia de eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente. Foi calculada através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo Atuário responsável pela nota técnica.

q) Provisão passiva para ações judiciais

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

r) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para perdas na realização de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no critério descrito na Nota Explicativa nº 7.

s) Vida útil dos bens dos ativos imobilizados e intangíveis

A Operadora revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAXA

	2019	2018
Caixa e Bancos	920.708	552.632
Total	920.708	552.632

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS GARANTIDORAS A PROVISÕES TÉCNICAS

	2019	2018
Aplicações garantidoras a provisões técnicas	10.700.765	14.939.953
Total	10.700.765	14.939.953

As garantias financeiras são um conjunto de exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde, para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência. As regras preveem a observância de Recursos Próprios Mínimos, Dependência Operacional e constituição de Provisões Técnicas.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIVRES

	2019	2018
Aplicações em renda fixa CDB/CDI e Fundos de Invest.	9.039.189	7.405.624
Total	9.039.189	7.405.624

Fundo de investimentos: Os valores das cotas de fundos de investimentos são apurados com base nos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Certificados de depósito interbancário: São representados por títulos de emissão das instituições financeiras, que lastreiam as operações do mercado interbancário.

7. CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER

	2019	2018
Planos coletivos – pessoa jurídica	1.052.284	2.075.721
Planos individual/familiar – pessoa física	3.359.545	3.030.469
(-) Provisão para perdas sobre créditos (PPSC)	(331.556)	(146.220)
Total	4.080.273	4.959.970

A composição das contas a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	2019	2018
A vencer	2.711.499	2.420.406
Vencido até 30 dias	1.353.561	2.268.677
Vencido de 31 a 60 dias	21.652	254.605
Vencido de 61 a 90 dias	-	23.433
Vencido há mais de 90 dias	325.117	139.069
Total	4.411.829	5.106.190

Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC), é constituída pelas faturas de beneficiários pessoa física em atraso há mais de 60 dias, e faturas de beneficiários pessoa jurídica em atraso há mais de 90 dias.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os saldos são compostos por Imposto de Renda e Contribuição Social retidas sobre prestação de serviços, sobre aplicações financeiras e pagamentos antecipados.

	2019	2018
IRPJ – Imposto de renda da pessoa jurídica	719.857	635.528
CSL – Contribuição social sobre o lucro	120.065	63.369
Outros impostos e contribuições	370.039	25.576
Total	1.209.961	724.473

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	2019	2018
Adiantamentos diversos	556.185	437.371
Despesas antecipadas	70.731	33.319
Total	626.916	470.690

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Substancialmente, os depósitos judiciais foram realizados para fins de questionamentos por conta de cobranças efetuados pelo SUS (Sistema Único da Saúde), sendo que tais processos se encontram em andamento e não foram julgados ou transitados. Os valores em garantia vêm sendo atualizados pelo indicador de poupança TR (Taxa Referencial). A Operadora mantém provisionado no passivo circulante e não circulante a totalidade dos eventos conhecidos relacionados ao SUS, conforme nota explicativa nº 13.1.

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual deprec.	2019		2018	
		Custo de Aquisição	Depreciação Impairment Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Edificações	4%	1.500.000	(424.957)	1.075.043	1.347.904
Instalações	10%	83.492	(19.343)	64.149	48.559
Máquinas e equipamentos	10%	3.609.465	(177.064)	3.432.401	607.398
Equipamentos de informática	20%	2.169.095	(828.411)	1.340.684	833.009
Móveis e utensílios	10%	1.189.918	(269.923)	919.995	744.094
Veículos	20%	545.250	(189.953)	355.297	167.822
Benfeitorias	10%	2.774.531	(316.711)	2.457.820	2.316.610
Total		11.871.751	(2.226.362)	9.645.389	6.065.394

Considerando as características e valores dos grupos de ativos, contabilizados na rubrica do imobilizado, a Operadora procedeu à análise do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado.

Movimentação do imobilizado

	2019	2018
Saldo inicial	6.065.394	5.263.625
(+) adições	4.554.136	1.230.210
(-) baixas	-	-
(-) depreciações	(974.141)	(428.441)
(+) ajuste a valor justo	-	-
Saldo	9.645.389	6.065.394

12. INTANGÍVEL

	Taxa anual amort.	2019		2018
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Intangível Líquido
Sistema de informação	20%	247.139	(155.511)	91.628
Total		247.139	(155.511)	91.628
				Intangível Líquido
				141.056
				141.056

Movimentação do intangível

	2019	2018
Saldo inicial	141.056	325.074
(+) adições	-	-
(-) baixas	(41.601)	(105.224)
(-) amortizações	(7.827)	(78.794)
(+) ajuste a valor justo	-	-
Saldo	91.628	141.056

13. PROVISÕES TÉCNICAS E EVENTOS DE OP. DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

13.1. Provisões técnicas

	2019	2018
Provisões Técnicas		
Provisão para contraprestações emitidas e ã ganhas – PPCNG (i)	2.713.016	2.429.095
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	1.823.304	3.122.736
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – REDE CREDENCIADA	3.098.887	1.046.766
(iii)		
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (iv)	368.418	8.401.609
Total de provisões técnicas – passivo circulante	8.003.625	15.000.206
	2019	2018
Provisões Técnicas		
Provisão de eventos e sinistros a liquidar – SUS (ii)	5.153.459	4.318.785
Total de provisões técnicas – passivo não circulante	5.153.459	4.318.785

(i) Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG: Conforme normas da ANS, referem-se as contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde que são contempladas as parcelas da (PPCNG) de forma “pró-rata-die” e são apuradas as parcelas de prêmios ou contribuições não ganhas, em contrapartida as receitas de contraprestações são reconhecidas no período de vigência contratual.

(ii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS – o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde, no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos. Sua composição é a seguinte:

Data Base	Classificação	ABI x % hc	Débitos Pendentes	Débitos Parcelados	TOTAL
Dez/2019	Passivo Circ.	936.804	850.770	35.730	1.823.304
Dez/2019	Pas. não Circ.	-	5.153.459	-	5.153.459
Dez/2018	Passivo Circ.	942.574	1.658.116	522.045	3.122.735
Dez/2018	Pas. não Circ.	-	4.318.785	-	4.318.785

(iii) Provisão de Eventos a liquidar de operações de assistência à saúde – representa os eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos de prestações de serviços apresentados à Operadora.

(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA – Período de 2018: Constituída conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a fração de 1/72 avos por mês desde janeiro de 2008, adotando o percentual previsto em Resolução. Os cálculos foram elaborados de acordo com os critérios previstos e normatizados pela ANS.

	2018
Contraprest. últimos 12 meses - preço pré-estabelecido	98.842.463
Total dos eventos indeniz. últimos 12 meses - Preço pré-est.	70.181.116
8,5% x Contraprestações líquidas	8.401.609
10% x Eventos indenizáveis líquidos	7.018.111
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA	8.401.609
1/72 avos a partir de janeiro de 2008	116.689
Avos contabilizados	72
PEONA contabilizada	8.401.609

(iv) Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA – Período de 2019:

Estimada para o pagamento dos eventos que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da operadora na data do Balanço. A Operadora reconhece essa provisão através do resultado do teste de consistência e conforme parecer emitido pelo atuário responsável pela nota técnica.

13.2. Ativos garantidores (vinculados e lastreados às provisões técnicas e operações médico-hospitalares)

	2019	2018
Ativos garantidores vinculados		
(+) Aplicações financeiras garantidoras	10.700.765	14.939.953
(+) Aplicações financeiras livres c/Lastro PESL	-	-
(+) Depósitos judiciais (i)	5.153.459	4.318.785
(=) Total ativos garantidores	15.854.224	19.258.738
(-) Provisão prêmios/contraprestações não ganhas	-	-
(-) Provisões técnicas (PEONA)	(368.418)	(8.401.609)
(-) Ressarcimento SUS – ABI	(936.804)	(942.574)
(-) Ressarcimento SUS – débitos parcelados	(35.730)	(522.045)
(-) Ressarcimento SUS – débitos pendentes	(6.004.228)	(5.976.901)
(-) PESL - (<=30/60dias)	(3.098.887)	(1.046.766)
(=) Total das provisões técnicas	(10.444.067)	(16.889.895)
(=) Suficiência (insuficiência) dos ativos garantidores	5.410.157	2.368.843
(=) Suficiência dos ativos em %	51,80%	14,03%

(i) Depósitos judiciais ao SUS: Em 2019 a Operadora manteve os depósitos judiciais, atualizando a rubrica com a baixa no valor correspondente de R\$ 154.570 (R\$ 355.285 em 2018), e estão representados no valor originário e foram efetuados para garantia em juízo de ações de execuções promovidas pelo órgão regulador. Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar,

podem ser deduzidos do cálculo da necessidade de ativos garantidores, os depósitos judiciais referentes a eventos/sinistros contabilizados e ainda não pagos.

13.3. PMA – Patrimônio mínimo ajustado e Margem de solvência

Conforme normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a Operadora procedeu ao cálculo do Patrimônio Mínimo Ajustado, considerando a Região de atuação, classificação e segmentação.

Patrimônio mínimo ajustado	2019	2018
Região de atuação = 4		
Medicina de grupo/ST		
Segmento:		
Fator K utilizado (a)	25,81%	25,81%
A partir de Julho de 2019 Fator K * R\$ 8.789.792 (base 2018 = R\$ 8.503.233)	2.268.645	2.194.684
Patrimônio a ser comparado com patrim. o mínimo ajustado		
(+) Patrimônio líquido	20.630.00	15.646.00
	1	4
(+) Passivos exigíveis a longo prazo decorrente de renegociação de tributos federais, estaduais e municipais, devidamente formalizados e pactuados com o ente credor.		
(-) Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social.	(1.134.115)	(466.785)
(+) Passivo tributário classificados no passivo não circulante		
(-) Despesas antecipadas	(70.731)	(33.318)
(-) Ativo intangível	(91.628)	(141.056)
(=) Patrimônio apurado para PMA e MS	19.333.52	15.004.84
	7	5
Suficiência sobre o Patrimônio Líquido Ajustado – PMA	17.064.88	12.810.16
	2	1

(a) O fator “K” é definido pelo enquadramento da Operadora. A Plena Saúde está enquadrada no segmento terciário ST: as que despendem, em sua rede própria, menos de 30% (trinta por cento) do custo assistencial relativo aos gastos em serviços médicos ou hospitalares referentes a seus Planos Privados de Assistência à Saúde.

O Patrimônio Mínimo Ajustado da Operadora é superior ao mínimo exigido.

	2019	2018
Margem de solvência		
Contraprestações - preço pré-estabelecido - últimos 12 meses	122.514.20	98.842.463
Eventos indenizáveis líquidos - preço pré-estabelecido média anual últimos 36 meses	74.201.587	61.199.612
Valor I - 20% das Contraprestações Líquidas	24.502.841	17.122.789
Valor II - 33% dos Eventos indenizáveis líquidos	24.486.524	20.195.872
Margem de solvência apurada	24.502.841	20.195.872
Margem de solvência exigida	19.087.713	14.242.129
PMA – Patrimônio Mínimo Ajustado	19.333.527	15.004.845
Suficiência (insuficiência) da margem de solvência	245.814	762.716

13.4. Cobertura assistencial com preço pré-estabelecido – carteira de planos / familiares pós Lei 9.656/1998

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de Eventos de Assistência Médico-Hospitalar, em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01/2013, referente aos planos firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	Consultas Médicas	Exames	Terapias	Internações	Outros Atend.	Total
2019 Rede contratadas	14.755.946	43.063.488	1.144.022	25.885.314	2.871.543	87.720.313
2018 Rede contratadas	35.098.008	7.733.053	1.226.385	25.385.787	737.883	70.181.116

14. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2019	2018
Impostos e contribuições		
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica	1.056.833	1.156.433
CSL - Contribuição social sobre o lucro	222.552	388.483
ISS - Imposto sobre serviços	187.035	119.189
INSS - Contribuição previdenciária	196.342	110.311
FGTS - Fundo de garantia	58.449	32.134
COFINS e PIS	719.670	252.094
Outros impostos e contribuições	538	6.878
Total	2.441.419	2.065.522
Impostos e contribuições retidos na fonte		
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Funcionários	86.764	70.147
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	38.447	18.014
ISS - Imposto sobre serviços Retido na Fonte	66.153	56.075
INSS - Contribuição Previdenciária Retido na Fonte	4.505	3.605
CSRF - Contribuições Retida na Fonte	118.279	56.213
Total	314.148	204.054
Total de Tributos e Encargos Sociais a Recolher	2.755.567	2.269.576
Passivo circulante	2.755.567	2.269.576
Passivo não circulante	-	-

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Capital de giro – conta garantida

Instituição	Tipo	Encargos Financeiros	Saldos dos Empréstimos	
			31/12/19	31/12/18
Bradesco	Conta garantida	10,3803% aa	1.028.824	-
TOTAL			1.028.824	-

Parcela do circulante

1.028.824

-

Parcela do não circulante

-

-

16. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

A Operadora, no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

	2019	2018
Trabalhistas e previdenciárias	494.616	434.171
Tributárias	-	229.204
Cíveis	976.603	3.193.175
Total	1.471.219	3.856.550
Passivo circulante	160.506	255.833
Passivo não circulante	1.310.713	3.600.717

A Operadora é parte em outras ações cujo risco de perda é classificado como possível, de acordo com a avaliação de seus assessores externos e Administração, para as quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

	2019	2018
Trabalhistas e previdenciárias	724.046	373.515
Cíveis	225.638	2.598.000
Total	949.684	2.971.515

A Administração da Operadora entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras, ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. **Capital social** - O capital social subscrito e integralizado corresponde:

	% Participação	QUOTAS	R\$ 2019
José Luiz Ranieri	80%	12.279.002	12.279.002
Sueli Aparecida A. Ranieri	20%	3.069.750	3.069.750
Total		15.348.752	15.348.752

O Capital Social de R\$ 15.348.752 em 2019 (R\$ 9.000.000 em 2018) está totalmente subscrito e integralizado, estando representado por 15.348.752 quotas no valor unitário de R\$ 1 cada.

18. CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS

As Contraprestações líquidas compõem-se das contraprestações deduzidas da variação da provisão técnica e reconhecidas de forma pró-rata dia atreladas ao reconhecimento do Passivo Circulante, Provisão para Contribuições Não Ganhas, conforme normas da ANS. As contraprestações provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde, deverão contemplar parcela da (PPCNG) Provisão para Contribuições Não Ganhas, relativo ao período de cobertura do risco de assistência dos contratos com modalidade de pré-pagamento, sendo revertidas às Contraprestações líquidas mediante cobertura pro-rata dia.

19. EVENTOS INDENIZÁVEIS

Os eventos indenizáveis líquidos, consistem no conhecimento de custos com serviços médicos, de acordo com termos de relações contratuais com nossa rede credenciada, relativos a atendimentos, consultas, exames, e demais procedimentos médicos, com remuneração baseada em tabela de procedimentos vigentes. Os valores são registrados de acordo com os avisos recebidos.

	2019	2018
Sinistralidade		
Contraprestações líquidas	122.514.205	98.842.463
Eventos indenizáveis líquidos	(87.720.313)	(71.602.632)
Sinistralidade	71,60%	72,44%

Informações sobre Corresponsabilidade Cedida e Corresponsabilidade Assumida em 2018 e 2019

EVENTOS/ SINISTROS CONHECIDOS OU AVISADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE MEDICO HOSPITALAR (grupo 411)	Carteira Própria (beneficiários da operadora)		Corresponsabilidade Assumida (beneficiários de outras operadoras)	
	2019	2018	2019	2018
1 - Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido				
1.1 - Planos Individuais/Familiares antes da Lei		43.832		
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	42.625.631	36.543.834	1.506.898	
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei		12.989.137		
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	27.555.485	36.636.613		
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido				
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei				
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei				
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei				
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei				
Total	70.181.116	86.213.416	1.506.898	

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesas com pessoal próprio	(10.738.685)	(5.779.582)
Despesas com serviços de terceiros	(2.283.697)	(1.707.730)
Despesas com localização e funcionamento	(3.411.444)	(1.467.360)
Despesas com publicidade e propaganda	(2.383.753)	(1.382.203)
Despesas com tributos e taxas	(550.729)	(304.421)
Despesas administrativas diversas	(3.129.770)	(4.491.084)
Despesas com multas	-	(183.320)
Despesa com depreciação/amortização	(1.023.569)	(507.236)
Total	(23.521.647)	(15.822.936)

21. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Operadora, totalizam no período de 2019, o valor de R\$ 589.248 (R\$ 323.136 em 2018), que estão apresentados na rubrica “Honorários da Administração”, na demonstração do resultado do exercício.

22. RESULTADO FINANCEIROS LÍQUIDOS

	2019	2018
Receitas financeiras	4.100.958	2.558.243
Despesas financeiras	(1.128.715)	(679.749)
Total	2.972.243	1.878.494

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

a) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – corrente

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurada, está apresentada a seguir:

	2019	2018
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	6.608.610	5.300.141
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Adições	3.380.310	4.423.166
(-) Exclusões	(2.099.431)	(378.886)
(-) Compensação do prejuízo fiscal		-
Base de cálculo	7.889.489	9.344.421
Imposto de renda	(1.883.370)	(2.084.306)
Contribuição social apurada	(710.054)	(782.024)
Total de IRPJ e CSLL	(2.593.424)	(2.866.330)

b) Composição da despesa de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro – diferido – Créditos tributários e diferidos

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social diferida está apresentada a seguir:

	2019	2018
Demonstrativo resumido - apuração das diferenças temporárias		
Adições temporárias		
Provisão para contingências trabalhistas	60.445	434.171
Provisão para contingências cíveis		2.257.342
Provisão para contingências tributárias		229.204
Provisão para perda sobre contraprestações	270.667	271.284
(=) Total adições temporárias	331.112	3.192.001
Exclusões temporárias		
Reversão da provisão para contingências	(1.984.100)	-
Reversão da provisão para perda sobre contraprestações	(85.331)	(125.065)
(=) Total exclusões temporárias	(2.069.431)	(125.065)
(=) Base de apuração (diferenças temporárias)	(1.738.319)	3.066.936
(=) Total IRPJ e CSLL 34% diferidos sobre difer. temp.	(591.028)	1.042.758
Prejuízo fiscal e base negativa	-	1.129.353
(=) Total IRPJ e CSLL 34% diferidos sobre prej. fiscais	-	(383.980)
(=) Total IRPJ e CSLL diferido - exercício	(591.028)	661.778

Movimentação dos créditos tributários diferidos – Ativo:

	2019	2018
Saldo Inicial	2.191.929	1.530.151
(+) Adições no período	-	1.042.758
(-) Realização do período	(1.057.814)	(380.980)
Saldo final	1.134.115	2.191.929

24. GESTÃO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A Operadora contrata operações envolvendo instrumentos financeiros e todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

São contratadas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos.

A gestão desses instrumentos financeiros, é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controles, sendo monitorada pela Administração da Operadora.

b) Aplicações financeiras

De acordo com a Política de Aplicações Financeiras estabelecida, a Administração da Operadora elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados segundo avaliação do rating de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o rating e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

c) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos quando incorridos, são registrados com base nos juros contratuais de cada operação. Em 31 de dezembro de 2019, a Operadora não possuía nenhuma operação em aberto envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

d) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A atividade da operadora expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Operadora concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Operadora contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

d.1) Risco de mercado

A Operadora está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Operadora decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. A Administração da Operadora tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

d.2) Risco de crédito

O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e pelos procedimentos de avaliação e concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica “Provisão para perdas sobre créditos”, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

d.3) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Operadora, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez da Operadora, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

Gestão de capital

Os objetivos da Operadora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Operadora, para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos.

e) Valores de mercado

Os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI. Os empréstimos e financiamentos quando incorridas, são atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições usuais de mercado.

25. SEGUROS

A Operadora adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Operadora tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado, coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações entre partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes aquelas realizadas com terceiros.

	2019	2019	2018	2018
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
Partes relacionadas				
Previna diagnósticos médicos	-	1.726.807	-	328.820
Total	-	1.726.807	-	328.820

A operação entre as partes relacionadas se refere a prestação de serviços médico-hospitalar, de diagnóstico eletivo e de emergência e urgência. Possui contrato de credenciamento para a prestação desses serviços, não adotando valor superior à média de mercado.

SAO PAULO, 31 de dezembro de 2019.

DIRETOR
JOSE LUIZ RANIERI
 CPF: 019.259.738-83

CONTADORA
VANESSA DA SILVA SAMPAIO
 CT CRC: 1SP325.009/O-8